

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 572.309 - SP (2014/0199224-3)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : JOTABE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA
ADVOGADO : SIDNEI LOSTADO XAVIER JUNIOR E OUTRO(S) - SP137563
AGRAVADO : ASIA SHIPPING TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA
ADVOGADO : RIVALDO SIMÕES PIMENTA E OUTRO(S) - SP209676

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JOTABE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA, de decisão de inadmissibilidade de recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo, assim ementado (fl. 186):

APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - DEMURRAGE - NULIDADE DA SENTENÇA! - INOCORRÊNCIA. A valoração atribuída pelo Juízo a quo ao conjunto probatório constante nos autos, por força do seu livre convencimento, não gera nulidade da r. sentença na hipótese da pretensão do jurisdicionado não ser acolhida. - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 333, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PELA APELANTE - DEVER DE EFETUAR O PAGAMENTO ANTE A UTILIZAÇÃO DO CONTAINER POR TEMPO SUPERIOR AO . AVENÇADO. A questão afeita ao termo de responsabilidade geralmente assinado pelo despachante aduaneiro está atualmente pacificada no TJSP favoravelmente à sua validade. O fato constitutivo do direito da Apelada é a própria utilização dos contêineres em tela por tempo superior ao tempo livre, incumbindo a Apelante a prova da data em que cada contêiner foi devolvido, pois essa prova configura a quitação e implica fato extintivo do' direito da Apelante (CPC, arts. 333, II e 396). Cumpre à Apelante provar a data em que o devolveu (satisfação da obrigação)] sob pena de valer a data mencionada pela Apelada. - ART. 252, DO REGIMENTO INTERNO DO E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Em consonância com o princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, inc. LXXVIII, da Carta da República, é de rigor a ratificação dos fundamentos da r. Sentença recorrida. Precedentes deste Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação dos arts. 126 e 333, do CPC/1973, 750 do Código Civil, 39, § 3º, do Regulamento Aduaneiro, 24 e 26 da Lei n. 9.611/1998. Sustenta, em síntese:

- i) não houve demonstração do fato constitutivo do direito da autora;
- ii) a ilegitimidade ativa do agente de carga para pleitear os valores relativos à sobre-estadia de contêineres, direito pertencente ao transportador (fl. 217);
- iii) a lide deve ser julgada extinta haja vista que o contrato de transporte prevê expressamente o local da finalização do contrato de transporte, qual seja, o Porto de Santos (fl. 210);
- iv) *"a questão controvertida consiste em saber se o contêiner utilizado no transporte de carga é acessório da mercadoria nele transportada"* (fl. 217).

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado Administrativo 2 do STJ:

"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."

Cuidam os autos de ação de cobrança de *demurrage* manejada por Asia Shipping Transportes Internacional Ltda em desfavora de Jotabe Indústria e Comércio de Calçados Ltda, julgada procedente para condenar a ré, ora recorrente, no pagamento da quantia de R\$ 62.837,12 (sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e sete reais e doze centavos), decisão mantida pelo TJSP.

A Corte local, ao decidir a controvérsia, consignou que o fato constitutivo do direito da autora é a própria utilização dos contêineres em tela, afirmando que não houve abusos ou excessos em relação aos valores cobrados na modalidade desse negócio jurídico, adotando como razões de decidir os fundamentos sentença, nos seguintes termos (fl. 190):

O fato constitutivo do direito da autora é a própria utilização dos contêineres em tela por tempo superior ao tempo livre incumbindo à ré a prova da data em que cada contêiner foi devolvido, necessariamente com a

contestação, pois essa prova configura a quitação e implica fato extintivo do direito da autora (idem, isto é, CPC. arts. 333. II e 396)

Não cabe à autora provar que o contêiner foi devolvido! fora de prazo, antes, cumpre à ré provar a data em que o devolveu (satisfação da obrigação), sob pena de valer a data mencionada pela autora.

Por outros termos, não incumbe ao credor provar que o devedor não pagou a dívida e sim ao devedor provar que a pagou, a quem e quando.

O prazo do free time, por sua parte, inicia-se com o descarregamento do contêiner no porto de destino (Santos, Paranaguá, Rio de Janeiro etc.).

Se não for computado free time ou se o réu alegar que o prazo é maior do que o considerado pelo autor, cuidando-se de fato modificativo, igualmente a prova em sentido contrário, que é documental, deve ser produzida com a contestação, nos termos dos dispositivos legais supra.

Os valores em cobrança amoldam-se aos costumeiramente praticados nessa modalidade de negócio jurídico, não se vislumbrando excessos ou abuso de direito. Aliás, sequer há indicação precisa de incorreção desses montantes O valor pretendido se deve à própria conduta da ré, que não obteve êxito na liberação da carga em menor tempo (ou seja: a autora não concorreu de algum modo para essa demora) (...)" (Grifei)

Assim, de rigor a manutenção da r. sentença.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

Todavia, observa-se que nas razões recursais não houve impugnação específica ao fundamento do TJSP no sentido de que "*se não for computado free time ou se o réu alegar que o prazo é maior do que o considerado pelo autor, cuidando-se de fato modificativo, igualmente a prova em sentido contrário, que é documental, **deve ser produzida com a contestação**, nos termos dos dispositivos legais supra*", de modo a incidir a Súmula 283/STF.

Ainda que assim não fosse, nesse contexto, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido, no caso concreto, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, bem como o reexame de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 deste Pretório.

Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINER. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73 NÃO CONFIGURADA. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRESCRIÇÃO. TRANSPORTE UNIMODAL OU MULTIMODAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ATRASO NA DEVOLUÇÃO CONFIGURADO. FORÇA MAIOR NÃO DEMONSTRADA. RISCO DO NEGÓCIO. ALTERAÇÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não se constata a alegada violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, não sendo possível confundir julgamento desfavorável com ausência de fundamentação.

2. A Corte de origem, analisando o contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela legitimidade passiva da agravante, uma vez que foi ela quem contratou com a agravada, bem como outorgou poderes ao seu despachante para praticar os atos necessários ao desembaraço aduaneiro da mercadoria e devolução dos contêineres. A alteração do entendimento constante no acórdão encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Não tendo havido manifestação da Corte de origem sobre qual a modalidade do contrato de transporte (se unimodal ou multimodal) e não tendo sido opostos embargos de declaração para sanar eventual omissão sobre o tema, torna-se inviável definir, em sede de recurso especial, qual o prazo prescricional aplicável no caso concreto, por ausência de prequestionamento e por se tratar de questão eminentemente fática.

4. Esta Corte Superior já se manifestou no sentido de que eventuais atrasos na devolução dos contêineres, decorrente da ação de autoridades alfandegárias, não constitui força maior ou caso fortuito, uma vez que faz parte dos riscos do negócio.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.365.347/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/2/2019, DJe 18/3/2019 – grifei.)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator